

# FONTES PARA A HISTÓRIA DAS CONFRARIAS: ALGUMAS LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA UMA PESQUISA NA TORRE DO TOMBO

PEDRO PENTEADO \*

## 1. Nota prévia

No Encontro «Confrarias na Sociedade Portuguesa», realizado pelo Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) em Março de 1994, foram identificados alguns *obstáculos* à investigação histórica do movimento confraternal português. Um deles consiste no *desconhecimento dos materiais arquivísticos* existentes no país com importância para a História das confrarias e irmandades. Para este desconhecimento contribuem a ausência de tratamento arquivístico e identificação de documentos que ocorre em muitos arquivos públicos e privados, a dispersão da informação nos catálogos e inventários existentes, a falta de publicação de instrumentos de descrição documental (IDD's) e a falta de sistemas informatizados e normalizados que permitam recuperar toda a informação sobre o assunto existente em diversos arquivos. Esta situação conjuga-se com a falta de instrumentos de pesquisa temáticos, a qual parece ser outra das causas do problema. Existe, pois, todo um caminho a percorrer no sentido de identificar as fontes relevantes para um maior conhecimento do passado das confrarias <sup>1</sup>.

---

\* Técnico Superior dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Divisão de Comunicação (Serviço de Referência).

<sup>1</sup> Sobre o referido encontro, André Ferrand de Almeida, «Confrarias na Sociedade Portuguesa». *Lusitania Sacra*, 2ª série, Tomo VI, 1994, pp. 431-433. Pedro Penteado, «Confrarias Portuguesas da Época Moderna: Situação Historiográfica e Desafios Arquivísticos» (no prelo, revista dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo).

O texto que se segue pretende ser um modesto contributo para a definição de alguns dos referidos materiais arquivísticos, dos seus conteúdos e das formas de lhes aceder. Optámos por fazer incidir o nosso trabalho sobre a Torre do Tombo, principal arquivo público do país, pelo qual passam quase todas as investigações sobre o tema. Fizémo-lo com o objectivo de ajudar a superar as dificuldades que se colocam num espaço tradicionalmente labiríntico como é o Arquivo Nacional <sup>2</sup>. Contudo, é preciso dizê-lo desde já, a multiplicidade de fontes e o estado dos instrumentos de descrição não permitem uma aproximação sistemática ou isenta de limitações. As mais frequentes são as que decorrem da qualidade muito desigual dos IDD's e da sua existência ou ausência. Uma segunda restrição a esta incursão no domínio dos arquivos prende-se com a impossibilidade de esclarecer algumas das dúvidas e problemas levantados pelos inventários, através da consulta dos próprios manuscritos. Isso deve-se, em grande parte, ao escasso tempo colocado à nossa disposição para a presente recolha, a qual justifica, entre outros, alguma diversidade de descrições para um mesmo tipo de documentos.

Em conclusão, o presente texto funciona apenas como uma primeira base de trabalho, a aperfeiçoar, no sentido de estabelecer os materiais pertinentes para uma pesquisa temática e estratégias de investigação mais eficazes. E é nesse sentido que deve ser entendido <sup>3</sup>.

## 2. Fundos de confrarias e colecções temáticas especializadas

Não são muitos os fundos arquivísticos de confrarias e irmandades que o investigador pode encontrar no interior da imensidão documental à guarda do Arquivo Nacional <sup>4</sup>. O mesmo não se

---

<sup>2</sup> Sobre o Arquivo Nacional, a sua História e os seus fundos, cf. Pedro de Azevedo e António Baião, *O Arquivo da Torre do Tombo. Sua História, Corpos que o Compõem e Organização*. Lisboa: ANTT / Horizonte, 1989 (2ª ed., aumentada).

<sup>3</sup> Neste texto não fornecemos informações relativas às irmandades de Misericórdia com o intuito de não estender excessivamente a recolha. Por outro lado, demos primazia às fontes relativas às Épocas Moderna e Contemporânea da História de Portugal.

<sup>4</sup> Por fundo ou núcleo entendemos o «Conjunto de documentos de arquivo de uma única proveniência» ou de uma única entidade produtora de arquivo (*Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa, 1993, p. 52).

poderá dizer da restante documentação com interesse para a história destas associações religiosas, a qual prolifera, como demonstraremos adiante.

O guia geral do arquivo, produzido pela Divisão de Arquivística e Inventário, individualiza apenas os seguintes fundos, inseridos no grupo de arquivos das «Instituições Eclesiásticas»: Confraria de Nossa Senhora de Agosto e São Bom Homem do Porto, Confraria de Santo Elói de Lisboa, Confraria de São Pedro de Miragaia do Porto, Irmandade das Chagas de Marvão e Irmandade de Nossa Senhora Mãe Santíssima do Carmo de Braga. Para além destes, inclui ainda, dentro das «Instituições Eclesiásticas», no fundo da Comissão Geral da Terra Santa, documentação da Irmandade dos Santos Lugares de Jerusalém <sup>5</sup>.

Dois destes fundos vieram da Biblioteca Nacional de Lisboa, do conjunto dos cartórios recolhidos em 1912. É o caso da Confraria de Nossa Senhora de Agosto e São Bom Homem, de que se guardam na Torre do Tombo algumas certidões de cumprimento de obrigações de missas para o período entre 1821 e 1825, e da Confraria de São Pedro de Miragaia, da qual se conservam os estatutos do ano de 1766, além de requerimentos <sup>6</sup>.

Por seu lado, a documentação da Confraria de Santo Elói de Lisboa, que se encontrava no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, deu entrada no edifício da Torre do Tombo em 1990, durante a transferência daquele Arquivo Histórico, integrado posteriormente no Arquivo Nacional, em 2 de Julho de 1992. Esta confraria possui inventário, em fase de reformulação, o qual descreve os papéis do cartório da Confraria de Santo Elói e de Nossa Senhora da Assunção dos Ourives da Prata e da sua sucessora, a Associação dos Ourives da Prata Lisbonenses. A documentação cobre o período que medeia entre 1750 e 1954 e a mais antiga inclui

---

<sup>5</sup> O *Guia de Núcleos e Coleções da Torre do Tombo. I Parte* (Lisboa, 1993), instrumento de trabalho fundamental, por publicar, é da responsabilidade da Dra. Maria do Carmo Dias Farinha, Directora de Serviços de Arquivística e Inventário. As informações constantes deste guia podem ser solicitadas no Serviço de Referência dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Para saber quais os IDD's disponíveis para cada fundo, o investigador deverá consultar na área de Referência o pequeno livro *Instrumentos de Descrição Documental*. Lisboa, 1993 (com versão actualizada, de 1994).

<sup>6</sup> Para os cartórios recolhidos na Biblioteca Nacional de Lisboa em 1912, cf. o IDD L-283.

o compromisso de 1750, matrículas dos aprendizes e confrades, eleições dos mesários, deliberações da mesa, inventários, pagamentos a capelães, despesas com obras na ermida da confraria, etc.<sup>7</sup>

Quanto à Irmandade dos Santos Lugares ou da Terra Santa, aqui se encontram os assentos das anuidades dos irmãos das freguesias do Priorado do Crato (1802-1829) e registos de irmãos das freguesias de Santos e da Encarnação de Lisboa<sup>8</sup>. Contudo, um dos mais recentes instrumentos de trabalho disponíveis no Serviço de Referência dos AN/TT acrescenta ainda a esta lista os fundos ou núcleos da Confraria de Santa Luzia da Sé do Porto, composto de estatutos, requerimentos e termos de confirmação e aprovação das autoridades eclesiásticas (1727-1815), da Confraria de São João de Brasfemes e da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Lourenço de Carnide, com livros de despesa da fábrica da Irmandade (1756-1843), despesa do tesoureiro (1757-1836), receita (1757-1836), assentos de irmãos (1740-1872) e livros da presidência (1853-1873)<sup>9</sup>. Por outro lado, o conjunto dos cartórios recolhidos da Biblioteca Nacional em 1912 incluía ainda outras confrarias, como sejam a Confraria dos Defuntos da Igreja de São João da Quinta (Estatutos e contas, 1683-1712) e a Confraria do Santíssimo Sacramento erecta na Igreja de São Martinho de Frazão (Estatutos e notícias de legados com obrigações de missas, séc. XVIII).

Mas o maior número de documentos destas associações religiosas encontra-se numa colecção do Arquivo Distrital de Lisboa intitulada «Confrarias, Irmandades e Mordomias»<sup>10</sup>. Esta colecção foi

---

<sup>7</sup> O tratamento documental deste núcleo esteve a cargo das Dras. Paula Lomelino e Maria de Lurdes Henriques. Encontram-se microfilmados dois manuscritos desta confraria. Trata-se do livro 210 B «Directório prático» (1793) e do «Inventário do cartório», de José da Silva Gomes (1793).

<sup>8</sup> Durante muito tempo estes materiais foram conhecidos como pertencentes ao «Hospício da Terra Santa de Lisboa». Sobre a Irmandade dos Santos Lugares ou da Terra Santa, cf. os IDD's C-388 e L-283.

<sup>9</sup> Referimo-nos à segunda edição do livro *Instrumentos de Descrição Documental*. Lisboa, 1994, o qual remete para os IDD's que descrevem estes fundos, nomeadamente o L-283.

<sup>10</sup> O Arquivo Distrital de Lisboa encontra-se sediado no edifício da Torre do Tombo, sob a responsabilidade da Dra. Manuela Nunes. Sobre a colecção, cf. o catálogo de Natália Nunes, *Confrarias, Irmandades e Mordomias*. Lisboa: BAD, 1976, bastante mais completo do que os dados que aqui apresentamos. Inclui manuscritos ligados às Ordens Militares.

constituída com os materiais arquivísticos existentes em 1953 no então denominado «Arquivo dos Registos Paroquiais de Lisboa». Apesar da designação, ela inclui, entre outros, livros de crismados, róis de confessados, livros de visitas pastorais, os quais deveriam integrar os fundos paroquiais que ingressaram na Torre do Tombo. Salientamos que os livros de visitas contêm, normalmente, preciosas indicações quanto às irmandades existentes numa paróquia. No que concerne à documentação das confrarias propriamente ditas, ela pode-se sintetizar na seguinte listagem:

*A) Irmandade/Confraria do Santíssimo Sacramento de:*

- Igreja de São Miguel de Alcainça (Autos cíveis, séc. XVIII);
- Igreja paroquial do Salvador de Aldeia do Bispo (Sabugal) (Inventário de bens, séc. XVIII);
- Igreja paroquial do Espírito Santo de Azinhal (Castro Marim) (Confirmação de escrituras, 1773);
- Igreja paroquial de Nossa Senhora das Neves da Corujeira (Receita e despesa, 1672 e 1680);
- Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Peraboa (Covilhã) (Orçamento diário de receita e despesa, 1887-1888);
- Igreja paroquial de São Sebastião de Quelfes (Olhão) (Receita e despesa, 1811-1812 e 1869) <sup>11</sup>.

*B) Irmandade/Confraria das Almas de:*

- Igreja paroquial do Salvador de Aldeia do Bispo (Sabugal) (Contas, 1753-1779 e Entradas de irmãos, 1767-1778);
- Igreja paroquial de Nossa Senhora da Purificação de Bucelas (Entradas de irmãos, 1711-1779 e Receita e despesa, 1713-1755);
- Igreja paroquial de São Martinho de Estoi (Faro) (Cobranças dos cabidos e missas, 1742-1783 <sup>12</sup>; Escritura, 1772 e Entrada de novos confrades, 1775-1781);
- Igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Faia (Guarda) (Receita e despesa, 1771-1800);
- Igreja paroquial de São Mateus de Junceira (Tomar) (Compromisso, 1741 e Receita e despesa, 1802-1832);

<sup>11</sup> Cf. J. Fernandes Mascarenhas, *Acerca da Antiguidade das Freguesias de Quelfes e Pechão e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Olhão e suas Primitivas Confrarias. Subsídios*. Olhão, 1987.

<sup>12</sup> Alguns destes livros incluem outras tipologias documentais.

- Igreja de São Sebastião de Mata de Lobos (Figueira de Castelo Rodrigo) (Estatutos, 1685-1700 e Receita e despesa, 1685-1700);
- Igreja de Nossa Senhora da Luz (termo de Lagos) (Receita e despesa, 1716-1789);
- Igreja paroquial de São Sebastião de Quelfes (Olhão) (Receita e despesa, 1803-1861).

*C) Irmandade/Confraria de Nossa Senhora do Rosário de:*

- Igreja paroquial de Olhão (Receita e despesa, 1660-1664);
- Igreja paroquial do Espírito Santo de Azinhal (Castro Marim) (Confirmação de escritura, 1773);
- Igreja paroquial de São Salvador de Coima (Barreiro) (Receita e despesa, 1726-1770);
- Igreja paroquial de São Martinho de Estoi (Faro) (Assento de irmãos, 1696-1767);
- Igreja paroquial de São Mateus de Junceira (Tomar) (Receita e despesa, 1777-1796, 1808, 1813 e 1894 );
- Igreja paroquial de São Sebastião de Quelfes (Olhão) (Inventário de alfais e móveis, 1824-1834);
- Igreja paroquial de São Sebastião de Rendo (Sabugal) (Receita e despesa, 1685-1686 e 1793-1796).

*D) Irmandades/Confrarias com outras invocações marianas:*

- Irmandade de Nossa Senhora da Nazaré de Fonte Grada d'Aquém (Torres Vedras) (Contas, 1593-1727);
- Confraria de Nossa Senhora da Conceição da Igreja paroquial de São Mateus de Junceira (Tomar) (Receita e despesa, 1803-1862);
- Confraria de Nossa Senhora da Conceição da Igreja paroquial da Nave (Sabugal) (Despesa, 1686-1728);
- Confraria de Nossa Senhora da Conceição da Igreja paroquial de São Sebastião de Quelfes (Olhão) (Receita e despesa, 1664-1665 e 1718);
- Confraria de Nossa Senhora das Candeias da Igreja de São Sebastião de Mata de Lobos (Figueira de Castelo Rodrigo) (Receita e despesa, 1700-1825);
- Confraria de Nossa Senhora da Assunção de Castelo Bom (Almeida) (Receita e despesa, 1697-1713);
- Confraria de Nossa Senhora do ó da Igreja Nova do Divino Espírito Santo de Sobral (Receita e despesa, 1746-1760).



*E) Irmandades/Confrarias de invocação cristológica:*

- Confraria do Santo Nome de Jesus da Igreja paroquial do Espírito Santo de Azinhal (Castro Marim) <sup>13</sup> (Receita e despesa, 1665-1689);
- Confraria do Senhor Jesus da Igreja paroquial de São Martinho de Estoi (Faro) (Receita e despesa, 1717-1761);
- Confraria do Senhor Jesus da Igreja paroquial de São Mateus de Junceira (Tomar) (Contas, 1780-1797; Receita e despesa, 1833-1883 e Tombo, 1775-1869);
- Irmandade dos Santos Passos da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos de Almendra (Assentos de irmãos, 1796-1818);
- Confraria do Senhor dos Montes da freguesia de São Mateus de Junceira (Tomar) (Receita e despesa, 1828-1834).

*F) Irmandades/Confrarias de invocação de santos:*

- Confraria de São Luís da Igreja paroquial do Espírito Santo de Azinhal (Castro Marim) (Receita e despesa, 1665-1759 e Confirmação de escrituras, 1773);
- Confraria de Santo António da Igreja paroquial do Espírito Santo de Azinhal (Castro Marim) (Contas, 1635-1689);
- Confraria de Santo António da Igreja paroquial do Santíssimo Salvador do Bilhó (Mondim de Basto) (Contas, 1744-1824);
- Irmandade de Santo António da Igreja de São Pedro do Jarmelo (Orçamento, 1868-1869);
- Confraria de Santo António da Igreja paroquial de São Mateus de Junceira (Tomar) (Receita e despesa, 1803-1859);
- Confraria de Santo António da Igreja Paroquial de São Sebastião de Quelfes (Olhão) (Receita e despesa, 1681-1737) <sup>14</sup>;
- Confraria de São Bento da Igreja paroquial de São Martinho de Estoi (Faro) (Receita e despesa, 1754-1831);
- Confraria de São Vicente da freguesia de São Martinho de Estoi (Faro) (Receita e despesa, 1717-1796);
- Confraria de São Sebastião da Igreja paroquial de São Mateus de Junceira (Tomar) (Receita e despesa, 1802-1859 e 1865);

---

<sup>13</sup> Para o Azinhal, além das confrarias referidas, existe uma referência às Confrarias da Igreja paroquial do Espírito Santo de Azinhal e à Mordomia de Santa Bárbara.

<sup>14</sup> No que concerne a Quelfes, cf. também a Mordomia de Santa Catarina.

- Confraria de São Sebastião de Oleiros (Contas, 1802-1803 e 1845);
- Confraria de São Simão da Igreja paroquial de São Mateus de Junceira (Tomar) (Receita e despesa, 1813-1824);
- Confraria de Santa Catarina da Igreja paroquial de São Sebastião de Quelfes (Olhão) (Receita e despesa, 1679-1733).

*G) Outras irmandades e/ou confrarias:*

- Irmandade do Espírito Santo da Igreja paroquial de São Mateus de Junceira (Tomar) (Cópia do compromisso velho e acórdãos, 1774-1765 e 1821; Receita e despesa, 1832-1859 e Tombo, 1775-1867);
- Irmandade da Igreja paroquial de Santa Cruz do Barreiro (Ofícios e sufrágios, 1749-1774) <sup>15</sup>;
- Confrarias da freguesia de São Jorge de Paradança (Mondim de Basto) (Contas do juiz do subsino e confrarias, 1853-1858);
- Confrarias a cargo da Junta da Paróquia da Junceira (Tomar) (Receita e despesa, 1851-1880);
- Confrarias da Igreja paroquial do Santíssimo Salvador do Bilhó (Mondim de Basto) (Contas, 1805-1918; Receita, 1723-1803 e Contas dos legados, 1736-1835).

### **3. Outros fundos com interesse para a História das Confrarias**

Esgotada a lista das colecções e dos fundos específicos de confrarias existentes nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, a maior parte deles de natureza paroquial, com documentação pouco diversificada, o investigador deve voltar-se para outros núcleos onde se possam encontrar fontes destas associações religiosas.

Assim, os fundos que, numa segunda linha, apresentam grande quantidade de documentação relativa a confrarias são os de natureza conventual. Neste caso se incluem os manuscritos de irmandades sediadas nos mosteiros e conventos do país e que, à data da extinção e/ou da incorporação dos seus arquivos na Torre do Tombo, se encontravam junto com os pergaminhos e papéis das Ordens Religiosas e, por tal motivo, aqui foram incorporadas como pertencendo a esses cartórios. Constituem um conjunto de documentação mais rica que a anteriormente descrita e ainda pouco trabalhada pelos histo-

---

<sup>15</sup> Cf. ainda o livro de obrigações de missas pelos irmãos defuntos das irmandades da Igreja de Santa Cruz do Barreiro.



riadores. Baseando-nos nos instrumentos de descrição existentes, enquanto não possuirmos inventários actualizados, procurámos estabelecer um quadro genérico desta documentação.

Nos fundos de conventos de Lisboa, merecem destaque:

*Convento de Nossa Senhora da Penha de França* <sup>16</sup> (Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho): Contém documentos relativos à Irmandade dos Escravos da Cadeia e à Irmandade de Nossa Senhora da Penha de França;

*Convento de São Domingos de Lisboa* (Ordem de São Domingos): Contém documentos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, como sejam o livro de certidões de óbito dos irmãos (1826) e a relação dos privilégios daquela associação religiosa; e da Confraria do Cordão de São Francisco de Paula, com o livro onde se assentam os irmãos do cordão e bentinhos de São Francisco de Paula;

*Convento de São Francisco de Lisboa*: Contém documentos da Irmandade de Santo António, nomeadamente um tomo de bens <sup>17</sup>.

No que diz respeito aos fundos conventuais do resto do país <sup>18</sup>, veja-se:

#### AROUCA

*Mosteiro de Santa Maria de Arouca* <sup>19</sup>

- Confraria do Senhor de Meio do Coro / Senhor da Misericór-

<sup>16</sup> Nesta sequência, os fundos estão assinalados a itálico.

<sup>17</sup> Na documentação de casas sediadas em Lisboa, o fundo do Convento do Corpus Christo, das Carmelitas Descalças, contém um livro de assentos do Montepio.

<sup>18</sup> Na lista que se segue apresentamos somente os fundos conventuais com documentos específicos de confrarias. Convém, no entanto, sublinhar que nos próprios manuscritos dos conventos podem surgir referências importantes. Veja-se, por exemplo, as informações apresentadas por Saúl Gomes no seu estudo «A Propósito do Hospital de Santa Maria da Vitória (Batalha) no Século XV» (*Revista Portuguesa de História*, T. XXVII, Coimbra, 1992, pp. 43-62), a partir do núcleo do Mosteiro de Alcobaça. Também as Ordens Religiosas com jurisdição sobre determinadas paróquias podem receber requerimentos e outros documentos de confrarias ali sediadas, como se constata no núcleo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra com a confraria de São João de Santa Cruz (cf., por exemplo, o mç. 4, cx. 7).

<sup>19</sup> A maior parte dos documentos indicados na lista que se segue vêm descritos no IDD L-283.

dia: Documentos administrativos (1784-1796);

- Confraria das Almas: Rol dos irmãos (séc. XVIII) <sup>20</sup>;

### CÓS

*Convento de Santa Maria de Cós* (Alcobaça)

- Confraria do Santíssimo Sacramento: Assento do dinheiro emprestado a juros (1826-32) <sup>21</sup>;
- Confraria de Nossa Senhora do Rosário: Assento de confrades (1654-1783);

### ELVAS

*Convento de São Domingos ou de Nossa Senhora dos Mártires de Elvas*

- Confraria de Nossa Senhora das Mercês: Receita (1682-1773);

### GUIMARÃES

*Mosteiro de Santa Clara de Guimarães*

- Irmandade das Almas: Receita e despesa e Entradas e óbitos de irmãos (1676-1784);

### MONFORTE

*Mosteiro do Bom Jesus de Monforte*

- Confraria dos Santíssimos Corações de Jesus e Maria: Registo de confrades e anuais, contendo memórias sobre a fundação e indulgências (1763-1812);

### PORTO

*Mosteiro de Santa Clara do Porto*

- Confraria do Amor Divino: Caderno de cobrança de juros

---

<sup>20</sup> Cf. também os materiais referentes à Mordomia do Santíssimo Sacramento no L-283 e outros documentos descritos em C-1087-1102, a exemplo duma doação à Confraria do Santíssimo Sacramento do Mosteiro, datada de 1782 (Gaveta 8, Avulso 15).

<sup>21</sup> Sobre esta confraria e o seu compromisso, cf. Pedro Penteado, «A Vida Religiosa nos Coutos de Alcobaça. Séculos XVI-XVIII». In: *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR, 1995, pp. 169-199 e P. Penteado e C. Ereio, «O Compromisso da Confraria do Santíssimo Sacramento de Cós no Contexto do Culto Eucarístico Siscentista» (No prelo, revista *Espaços*, revista da ADEPA, Alcobaça).

(1751-1805); Registo de irmãos (séc. XIX?) e Cobrança das quotas anuais (1727-1741);

- Confraria de São João Marcos: Estatutos (séc. XVIII); Termos de eleições para cargos, entrega de objectos de culto, livros e outros (1731-1762) e Receita e Despesa (1731-1762);

- Confraria do Santíssimo Sacramento: Registo da entrada de irmãos (1700-1792) e Registo de óbitos de irmãos e lançamento de certidões de missas pelas suas almas (1729-1791);

*Convento de São Domingos do Porto*

- Confraria de Nossa Senhora do Rosário: Registo de confrades (1800);

*Convento de São Francisco do Porto*

- Confraria de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito: Reforma dos estatutos (1781); Inventário de bens e assento de esmolas (1739-1778); Registo de certidão das missas dos irmãos falecidos (1719-1811) e Certidão das missas rezadas (1752-1777);

*Convento de São João Novo do Porto*

- Confraria de Santa Rita: Receita e despesa (1770-1819);

- Irmandade de Nossa Senhora da Correia: Receita e despesa (1809-1832);

*Convento de São José das Carmelitas Descalças do Porto*

- Confraria do Senhor do Calvário: Certidões de missas de irmãos defuntos e de missas do Natal (1741-1776);

## SANTARÉM

*Convento de São Domingos das Donas de Santarém*

- Irmandade de São José: Receita e despesa (1745-1824);

*Convento de São Bento de Santarém*

- Confraria do Senhor Jesus da Pastorinha: Registo de confrades de fora da vila (1743) e Eleições da mesa (1740-1754) <sup>22</sup>;

## SEMIDE

*Mosteiro de Santa Maria de Semide*

- Confraria do Coração de Jesus: Estatutos e bulas de indulgências, entradas de irmãos (1737-1874);

- Confraria das Onze Mil Virgens: Documentos sobre a instituição da Confraria e lista de irmãos (1733);

<sup>22</sup> José Mattoso, *A Documentação Beneditina da Torre do Tombo*. Lisboa, 1970 (Sep. de «Lusitania Sacra», Tomo VIII), p. 269 (corresponde ao IDD L-285 A).

## TENTUGAL

*Convento de Nossa Senhora do Carmo de Tentugal*

- Confraria da Madre de Deus do Monte do Carmo: Inventário dos bens (1618-1638);

VIANA DO ALENTEJO <sup>23</sup>*Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo*

- Confraria do Senhor dos Passos: Estatutos e sumário de indulgências concedidas (1707-1708) e Assento de entrada de irmãs (1708-1889);

- Confraria de Nossa Senhora do Rosário: Registo de irmãos e de quotas (1604-1885);

## VILA NOVA DE GAIA

*Mosteiro do Corpo de Cristo*

- Confraria do Santíssimo Coração de Jesus: Entradas de irmãos, anuidades pagas e resultado de eleições (1738-1815);

- Confraria de Santa Cruz e Cinco Chagas: Estatutos (1755) e Registo de nomes de irmãos e quantias subscriptas (1755-1800);

- Confraria de São Joaquim: Termos de eleições para os cargos da Confraria (1752-1753) e Anuidades pagas pelos irmãos (1753-1816);

- Confraria dos Santos Lugares de Jerusalém: Assento de nomes de irmãos e anuidades pagas (1769-1805);

- Confraria dos Santos Mártires de Marrocos: Assentos dos nomes de religiosas, educandas e servas do mosteiro que pertenciam à Confraria (1738-1817);

- Confraria de Nossa Senhora do Rosário: Rendas e foros legados à confraria e respectivas obrigações (1693); Termos de entradas de irmãos (1672-1767) e Termos de eleições do juiz e oficiais com os inventários anuais dos objectos e livros recebidos (1741-1769);

- Confraria não identificada: Anuidades pagas pelos irmãos (séc. XVIII).

## VISEU

*Mosteiro de Jesus de Viseu*

- Confraria de Nossa Senhora do Socorro: Rol de irmãos (1671-1755);

---

<sup>23</sup> Veja-se também a documentação do célebre Convento do Varatojo, que inclui referências a Ordens Terceiras (cf. IDD L-283).

- Confraria do Santo Nome de Jesus: Quotas anuais pagas pelos confrades (1691-1728) <sup>24</sup>.

Ainda no conjunto da documentação de «Instituições Eclesiásticas», não poderão ser esquecidos os manuscritos inseridos nos fundos de colégios, paróquias, colegiadas e cabidos portugueses. Nesse sentido, consultem-se os materiais do Colégio de São Lourenço do Porto, com registos de receita e despesa da Confraria de São Cosme e São Damião (1736-1767). Veja-se também o Cartório Paroquial da Igreja do Socorro (Lisboa), com 24 maços que entraram no ANTT em Janeiro de 1951. Ali se encontram muitos papéis da Irmandade do Santíssimo Sacramento (Certidões de missas e patentes de admissão), da Irmandade do Senhor Jesus da Compaixão (Requerimentos e receitas e despesas), da Irmandade das Almas (Certidões de missas e despesas) e da Irmandade de Nossa Senhora da Igreja do Socorro (Assentos das obrigações de missas nas capelanias), todos referentes aos séculos XVIII e XIX, e ainda por tratar do ponto de vista arquivístico <sup>25</sup>.

As colegiadas podem fornecer indicações preciosas para o estudo das confrarias, embora nem sempre os instrumentos de descrição disponíveis sejam claros quanto à presença de dados relevantes. Assim sucede com a Colegiada da Igreja de São Domingos de Reguengo Grande, no que concerne às Confrarias de São Sebastião, Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora dos Remédios, com a Colegiada da Alcáçova ou do Castelo de Santarém e a sua Irmandade de Santa Catarina <sup>26</sup> e com a Colegiada de Santa Maria do Castelo de Lisboa, que contém documentos das Confrarias de Vera Cruz e dos Clérigos Pobres de Lisboa. A documentação da Colegiada de São Martinho de Sintra contém um livro da Confraria dos Fiéis de Deus (1526-1554), um tombo das fazendas da Irmandade de Santo André e Almas (1740-1787) e um livro da Confraria de São Mamede da igreja de São Martinho (1714-1843) <sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> José Mattoso, *op. cit.*, p. 303 refere documentação desta confraria para os anos de 1802-1861, além duma Confraria de São Bento (1760-1813).

<sup>25</sup> Sobre a documentação desta incorporação, cf. Joel Serrão, *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea*. Lisboa, 1984, vol. I, pp. 124-125. Os 24 maços assinalados nesta obra foram desdobrados há poucos anos.

<sup>26</sup> Cf. os IDD's C-269 e L-288 A.

<sup>27</sup> Cf. o IDD C-450.

Passemos agora aos arquivos diocesanos, começando pelo fundo da Sé de Lamego onde encontramos representadas várias confrarias<sup>28</sup>:

a) Confraria do Senhor Jesus da Sé de Lamego: Eleições (1751-1805) e Receita e Despesa (1763-1805);

b) Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Castro de Aire: Eleições e contas (1684-1728);

c) Confraria do Santíssimo Sacramento: Foros e Rendimentos (1609-1650);

d) Confraria de Nossa Senhora dos Meninos de Lamego: Contas (1700-1780);

e) Irmandade de São Pedro da Igreja de Santa Maria de Lalim: Cobranças e encargos (1730-1786);

f) Confraria do Espírito Santo da freguesia da Várzea: Contas (1728-1751);

g) Irmandade das Almas do Purgatório da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do lugar de Arnas, Bispado de Lamego: Estatutos (S.d.).

Mais rico é o núcleo do Cabido da Sé do Funchal<sup>29</sup>. Ele inclui livros manuscritos da Confraria de São Miguel e dos Santos Crispim e Crispiano, «erecta pelos oficiais de sapateiro em 26 de Agosto de 1572 e aumentada pelos oficiais de serradores, curtidores e corrieiros» (nomeadamente a reforma do antigo compromisso de 1572, efectuada em 1819); da Confraria de São Jorge (Admissões de irmãos e traslado do livro da instituição da confraria de 1562, de 1667-1724; Quitações das missas de irmãos defuntos, 1744-1785; Receita e despesa, de 1745-1792 e Inventários de ornamentos); da Confraria de Jesus (Foros e juros, 1738-1774 e Receita e Despesa 1683-1646, 1683-1754 e 1755-1790); de Nossa Senhora do Amparo (Receita e Despesa, 1726-1791); de Nossa Senhora da Conceição; de Nossa Senhora do Rosário (Receita e Despesa, 1617-1647) e da Confraria das Almas da Sé (Admissão de irmãos, 1713-1789, Eleições e Contas, 1713-1741 e 1766-1797). Na documentação avulsa, sobretudo nos maços 19 a 22, encontram-se indulgências, inventários de bens, listas de foros, sentenças, escrituras, relações de irmãos, receitas e despesas e requerimentos de várias confrarias, entre as quais, além das já indi-

<sup>28</sup> Cf. o IDD L-295. Um trabalho de identificação mais apurado foi, entretanto, levado a cabo pela Dra. Maria José Mexia B. Chorão, dos AN/TT.

<sup>29</sup> Cf. os IDD's L-286, L-491 e F-78.



cadás, a de Santa Ana, a do Santíssimo Sacramento, Santo António, São Roque da Calheta, Nossa Senhora da Ascensão da Sé, Nossa Senhora do Calhau das Chagas, Nossa Senhora da Boa Morte de São Pedro e São João Baptista da Ribeira. Merecem destaque os compromissos das Confrarias do Santíssimo (1687), de Santo António da Sé (1702) e de Nossa Senhora da Piedade (1749).

Para finalizar esta incursão nas «Instituições Eclesiásticas», não esquecer o designado «Arquivo das Congregações», criado pelo decreto de 28 de Setembro de 1917, integrado na Torre do Tombo em 1930, e ainda não totalmente tratado do ponto de vista arquivístico. Possui documentos das confrarias e arquiconfrarias que existiam nas várias casas religiosas, sobretudo para os séculos XIX e XX: no Convento de São José de São Domingos de Benfica, a Irmandade de Santa Cecília (Actas das sessões, 1882-1909); no Convento da Visitação de Santa Maria de Lisboa, também conhecido por Convento das Salésias, a Irmandade das Horas do Santíssimo Coração de Jesus; no Convento do Salvador ou Igreja do Rei Salvador da Mata, na parte oriental de Lisboa, a Confraria de Nossa Senhora do Rosário (Compromisso, 1858; Actas, 1894-1910; Receita e Despesa, 1860-1908, entre outros); na Igreja de Santa Brígida do Quelhas, a Irmandade do Sagrado Coração de Jesus (Matrícula de irmãos, 1901-1910); na Confraria do Coração de Jesus da Capela da Boavista do Porto (Receita e despesa); no Convento das Trinas, a Arquiconfraria do Sagrado Coração de Jesus (Lista de irmãs associadas) e o Montepio da Irmandade do Santíssimo; no Colégio de São Vicente de Paulo de Felgueiras, a Arquiconfraria das Mães Cristãs (Actas, 1904-1908); na Casa do Louriçal, a Arquiconfraria do Santíssimo e Imaculado Coração de Maria (Registo de associados) e a Confraria de São José; na Igreja do Coração Agonizante de Jesus da Póvoa, a Irmandade de Nossa Senhora de Lourdes e na Casa do Varatojo, a Arquiconfraria do Coração de São Francisco de Assis (Registo de irmãos, 1886-1894) <sup>30</sup>.

#### 4. Fontes dispersas

Até aqui, constatámos a existência de duas etapas da pesquisa. A primeira desenrolou-se nos fundos de confrarias e colecções temá-

---

<sup>30</sup> Para o Arquivo das Congregações, cf. os IDD's C-1113-1116 para os livros. Existem ainda muitos maços sem qualquer tipo de descrição arquivística.

ticas especializadas e, a segunda, nos núcleos de instituições que acolhiam irmandades. Propomos agora um terceiro momento, no qual o pesquisador deve passar, entre outros, pela documentação do antigo cartório da Casa da Coroa, que esteve na base da formação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e dos arquivos de outras instituições de «origem pública».

A investigação torna-se agora mais dispersa, obrigando o utilizador dos AN/TT a procurar em múltiplos fundos os traços das relações entre irmandades e instituições oficiais, nomeadamente aquelas que se encontravam ligadas ao «poder central». Nem sempre esta etapa é percorrida com grande sucesso relativamente às confrarias de que procuramos informação. Por outro lado, a extensão da pesquisa pode variar consoante a importância das irmandades e da região e época que se estudam.

Não nos é possível aqui traçar um quadro completo. Procurámos apenas sugerir alguns dos principais núcleos a percorrer nesta etapa. Para procurar respostas relativamente às especificidades de cada investigação, o utilizador poderá recorrer ao apoio do Serviço de Referência.

Eis uma lista dos principais núcleos e colecções a pesquisar:

**Casa do Infantado** - Trata-se de um fundo onde o estado dos IDD's disponíveis nem sempre permite responder a necessidades da pesquisa. Possui documentação referente ao Círio/Confraria de Nossa Senhora do Cabo, à sua ligação à Casa do Infantado e às festas realizadas nos finais do século XVIII e inícios do século XIX <sup>31</sup>.

**Casa das Rainhas** - No que concerne a esta Casa, é possível que o investigador venha a ter, dentro de algum tempo, um IDD mais aprofundado do que os catálogos actualmente disponíveis. A sua consulta será certamente indispensável. Só assim poderão ser reveladas algumas fontes, hoje quase desconhecidas, para a História das confrarias situadas em terras da Rainha, como sucedia com a Confraria do Espírito Santo de Alenquer <sup>32</sup>.

**Chancelarias Régias** - Na Chancelaria estão registadas as concessões feitas pela Coroa às irmandades. Para as localizar, temos de procurar nos IDD's correspondentes aos reinados que nos inte-

<sup>31</sup> Cf. o IDD C-7B (Casa do Infantado/Quinta de Queluz).

<sup>32</sup> Cf. maço 380, caixa 415 (referente a 1778-1832)

ressam, nomeadamente nos «índices de Comuns» (índices organizados alfabeticamente com «entradas descritivas» por cargos, localidades, instituições ou temáticas) das Chancelarias. Exemplo: No L-51 («Comuns» da Chancelaria de D. João III, Ofícios), na entrada «Irmandade» encontram-se diversas referências a cartas de D. João III a autorizar a realização de festas e bodos, a compra de bens de raiz, isenções de pagamentos de sisas nas esmolas cobradas em nome de algumas confrarias, confirmações de compromissos, privilégios de escolhas de juizes para execuções das dívidas às irmandades, regulamentos de procissões, etc.<sup>33</sup> Grosso modo, todas as regiões do país encontram aqui um importante material de estudo. Mas um dos problemas deste tipo de índices, mais antigos, é que não nos fornecem a cronologia exacta da produção dos documentos.

**Confirmações Gerais** - A lista de confirmações de mercês concedidas pela Monarquia portuguesa a irmandades inclui as seguintes associações religiosas:

Confrarias do Bom Jesus e do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Domingos de Lisboa; do Espírito Santo de São Miguel de Alfama dos Pescadores; de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa; de Nossa Senhora da Concórdia da Caparica; de Nossa Senhora da Pureza da Igreja da Conceição; do Rei Salvador da Mata, do Convento de religiosas da mesma invocação; de Santa Ana de Leiria; de Santa Cruz de Braga; de Santo António do Convento de São Francisco de Lisboa; de São Estevão de Alfama; do Santo Nome de Jesus dos Mareantes e Pescadores de Viana do Castelo; de São Valentim da Igreja de Santa Justa de Lisboa; do Santíssimo Sacramento da freguesia de São Cristóvão de Lisboa; do Santíssimo da Sé de Coimbra e do Santíssimo, Nossa Senhora da Encarnação e São João Baptista da freguesia de São João da Praça de Lisboa.

**Conselho da Fazenda** - Neste núcleo, na Repartição das Capelas da Coroa, existem vários manuscritos referentes a hospitais,

---

<sup>33</sup> Entre outras, referências às Confrarias de Bom Jesus de Viana; dos Clérigos Ricos de Lisboa; da Conceição de Lisboa; do Corpo de Deus da Carvoeira, de São Pedro de Dois Portos e de Cós; do Corpo Santo da capela do Espírito Santo de Setúbal, de Lagos e de Tavira; da Confraria da Corte; das Confrarias do Espírito Santo da Alcáçova de Lisboa, do Crato, da Igreja de Viana do Castelo, da Maiorga e de Niza e das Confrarias dos pescadores do Salvador de Lisboa, de São Pedro de Alfama, de Portalegre e de Santarém.

misericórdias e capelas. Na série de «Tombo e títulos de bens de capelas» encontra-se o traslado do tombo dos bens da capelas da Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda de Belém (1612) <sup>34</sup>.

**Corpo Cronológico** - Esta colecção reúne mais de 82.000 documentos, a maior parte deles do século XVI e relativos às instituições que giravam na órbita da Casa da Coroa. Muitos apenas possuem descrições parciais e outros nem sequer se encontram registados nos IDD's. Estes encontram-se dispersos, são de valor desigual e de difícil consulta. O Arquivo iniciou há algum tempo o processo de informatização das descrições da colecção. Contudo, não é ainda possível aceder às bases de dados automatizadas. Para além dos documentos referentes à misericórdias e hospitais, aqui poderão ser encontradas as cartas enviadas pelos diversos oficiais das confrarias do Reino e das possessões ultramarinas para a Coroa. Muitas são elucidativas das relações estabelecidas entre o poder régio e estas associações religiosas no século XVI, quer ao nível jurisdicional, quer nas concessões de privilégios e mercês <sup>35</sup>.

**Desembargo do Paço** - No conjunto dos cartórios das instituições de Antigo Regime, um dos mais importantes é o do Desembargo do Paço, por onde passavam muitos dos assuntos relativos às confrarias portuguesas. A maior parte dos materiais conservados são posteriores ao terramoto e anteriores a 1833.

O investigador deverá procurar sobretudo nos índices temáticos das Repartições que dizem respeito às regiões que lhe interessa estudar, como sejam: Corte, Estremadura e Ilhas, Alentejo e Algarve, Bei-

<sup>34</sup> Corresponde ao livro 490. Cf. o IDD L-560, da responsabilidade do Dr. António Frazão.

<sup>35</sup> A título de exemplo, a carta dos confrades da Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Coulão agradecendo à rainha ter assente seu filho por confrade (4 de Janeiro de 1562 - Parte I, Maço 105, Doc. 80); a carta de Jorge Gomes, vigário e mordomo da Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Goa, pedindo um retábulo para a capela-mor da sua igreja (22 de Novembro de 1548 - Parte I, Maço 81, Doc. 89), a carta da Confraria da Conservação da Fé de Goa ao rei pedindo que patrocinasse o compromisso remetido ao Papa (14 de Dezembro 1541 - Parte I, Maço 71, Doc. 31); a carta da Confraria de Nossa Senhora da Anunciada de Setúbal ao rei agradecendo-lhe ter mandado visitar a casa pelo Prior de Palmela (30 de Novembro de 1553 - Parte I, Maço 91, Doc. 76); ou a carta do juiz e mordomos da Confraria de Nossa Senhora da Merceana a D. João III para só os moradores da freguesia serem admitidos como irmãos (3 de Agosto de 1532 - Parte II, Maço 78, Doc. 17).

ra e Minho e Trás-os-Montes. Apesar da imensidade de referências, muitas vezes os índices não dispensam a consulta do próprio documento, pois só ocasionalmente indicam os assuntos que estão associados aos processos. Aqui se encontram, entre outros, importantes consultas sobre confirmações de compromissos pela Coroa.

Fora destas Repartições, revela-se de especial interesse a série «Corporações de mão morta» (1769-70) de Diversas Secretarias<sup>36</sup>. Veja-se a lista de irmandades que para aqui enviaram relações de bens patrimoniais. A maior parte pertencem a igrejas paroquiais das comarcas da Feira e de Coimbra. Da capital e suas proximidades, existem as relações de bens da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Convento de Nossa Senhora da Piedade dos Religiosos de São Domingos de Azeitão e as listas que dizem respeito às irmandades do Bairro do Castelo de Lisboa, como sejam, as Irmandades e Confrarias de: Nossa Senhora da Pérsia, no Convento da Graça; de Nossa Senhora da Penha de França, dos Escravos, de Nossa Senhora do Livramento e de São João Baptista, (todas no Convento de Nossa Senhora da Penha de França); do Senhor do Penedo, na Igreja de São Tomé; do Rei Salvador, na igreja do mesmo nome; do Senhor Jesus da Pia, na Igreja de Camarate; de Nossa Senhora do Rosário, na Igreja de São Tiago de Camarate; de Nossa Senhora do Vale, no Convento de Santo Elói; de Nossa Senhora da Assunção na Igreja de São Salvador; de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, na Igreja do Salvador. Além destas, as Irmandades de São Miguel e Almas, na Igreja de Santa Cruz do Castelo; de Nossa Senhora dos Remédios, na Igreja do Salvador da Boa Morte; de Santa Ana do Menino Deus, na Casa da Ordem Terceira de São Francisco de Xabregas; de Nossa Senhora da Conceição do Convento da Praça e da Cruz e Passos de Cristo do Convento da Graça de Lisboa. Finalmente, as irmandades e confrarias do Santíssimo Sacramento das igrejas de São Tiago de Camarate, São Silvestre de Unhos, São Tomé de Lisboa, Santo André de Lisboa, Santa Cruz do Castelo e São Saturnino de Fanhões.

**Erário Régio** - O fundo do Erário Régio sofreu recentemente algumas alterações. No antigo IDD L-512 (para «Núcleos extraídos

---

<sup>36</sup> Para a compilação de dados baseámo-nos em *Desembargo do Paço. Diversas Secretarias. Inventário e Relação dos Documentos da Série Corporações de Mão Morta*. Lisboa, 1994 (trabalho da Dra. Ana Maria Rodrigues, da Direcção de Serviços de Arquivística e Inventário (corresponde ao IDD L- 568)).



do Conselho da Fazenda e do Real Erário»), vem indicada, na documentação da Junta dos Três Estados, a série Juros de Novos Direitos, os quais têm junto algumas folhas respeitantes a uma Irmandade do Santíssimo Sacramento (1761). E na colecção «Impostos», podem-se encontrar dados referentes aos terços das capelas do concelho e das confrarias e irmandades de Sintra (1814) <sup>37</sup>.

**Feitos Findos** - Sobre esta designação estão vários núcleos de instituições judiciais pelas quais passaram as causas referentes a confrarias e irmandades. No Fundo Geral encontram-se os processos que envolveram estas associações religiosas. Na parte dos documentos relativos ao Juízo Privativo das Causas da Misericórdia de Lisboa também existem algumas fontes com interesse para a história da conflituosidade entre este tipo de organizações. É o caso das acções de libelo e sentenças setecentistas contra as Confrarias da Chagas e Cordão de São Francisco, a Confraria de Jesus Maria José, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia da Madalena e a Irmandade do Santíssimo Sacramento do Salvador <sup>38</sup>.

**Gavetas** - As Gavetas são uma das mais antigas colecções da Torre do Tombo medieval, a qual continua nos nossos dias a receber e integrar manuscritos. Para conhecer o seu conteúdo, devem-se pesquisar os antigos índices, bem como o seu suplemento, nomeadamente os «Comuns». Aqui se localizam, entre outros, o inventário das peças de prata e ornamentos da Confraria da Corte (1557) e o compromisso da Irmandade da Boa Viagem da Igreja de São Paulo de Lisboa, aprovado por provisão de 20 de Maio de 1718, entre documentos de emprazamento e privilégios.

**Leis** - A maior parte das referências que aqui se encontram para os séculos XVII e XVIII dizem respeito a alvarás régios que obrigavam à realização de tombos do património que pertencia às irmandades. Eis a lista das associações religiosas para quem os referidos alvarás foram emitidos:

Confrarias de São João do Souto de Braga (1639), dos Clérigos Pobres da Cidade de Coimbra (1643), dos Clérigos Pobres da Cidade

<sup>37</sup> Cf. o IDD L-510.

<sup>38</sup> Cf. os IDD's C-1081-1083. Para mais informações sobre este «arquivo», cf. Teresa Saraiva, «O Arquivo dos Feitos Findos», *Memória*, 1, Abril 1989, pp. 183-188.



de Lisboa (1644), do lugar de Sá, termo de Ílhavo (1646), do Hospital do Anjo - Guarda (1688), do Santíssimo Sacramento do Funchal (1689), de Santo António de Tavira (1699), do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Pedro de Faro (1699), do Santíssimo Sacramento de Barcelos (1703), de Nossa Senhora-a-Branca de Braga (1704), do Espírito Santo de Leiria (1705), do Espírito Santo do Crato (1707), do Hospital de Guimarães (1688), de São Martinho de Arrifana de Sousa (1699) e de São Miguel de Santarém (1636).

**Leitura Nova** - A Leitura Nova inclui cópias de muitos documentos medievais do cartório da Casa da Coroa, mandadas fazer por D. Manuel, trabalho que se desenvolveu de 1504 a 1522. Vários autores, como a Professora Maria Helena Coelho, a Professora Maria José Ferro Tavares ou o Padre António Brásio serviram-se destes códices para estudos sobre as confrarias medievais<sup>39</sup>. Para aceder aos documentos que aqui estão registados, deve-se procurar nos «índices dos Comuns» das Chancelarias Régias as «entradas descritivas» que nos interessam, pois elas remetem frequentemente para a Leitura Nova. Por exemplo, se procurarmos referências à Irmandade de Santa Catarina de Ribamar, nos «Comuns da Chancelaria de D. Afonso V, encontramos uma indicação da carta de confirmação do seu compromisso, a qual se encontra registada simultaneamente na Chancelaria daquele monarca (Lv. 35, fl. 55) e na Leitura Nova, no livro 8 da Estremadura, fl. 63 vº<sup>40</sup>.

**Manuscritos da Livraria** - Nesta importante colecção encontra-se bom número de compromissos e estatutos de irmandades, a saber:

- Confraria de Santa Luzia de Nossa Senhora da Rosa, termo de Almada, 1728;
- Confraria do Santíssimo Rosário da Igreja Matriz da vila de Castro Verde, 1697;
- Confraria do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário das Russas, 1747;

---

<sup>39</sup> Cf. a excelente síntese de Maria Helena da Cruz Coelho, «As Confrarias Medievais Portuguesas: Espaços de Solidariedade na Vida e na Morte». In: *Cofradías, Gremios, Solidariedades en la Europa Medieval. XIX Semana de Estudios Medievales*. Estella, 1992, pp. 149-183.

<sup>40</sup> Este compromisso foi publicado pela Dra. Maria José Mexia B. Chorão, «Confraria de Sta. Catarina de Monte Sinai. De Ribamar a Lisboa. Dos Letrados aos Livreiros». *Memória*, 1, Abril 1989, pp. 69-90.

- Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda de Belém;
- Irmandade de Cristo Crucificado, sita no Convento dos Teatinos de São Caetano de Lisboa, 1684;
- Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, Ascensão, São Miguel e Almas, sita no Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Lisboa, 1780 <sup>41</sup>;
- Irmandade de Nossa Senhora das Necessidades do Mosteiro de São Vicente <sup>42</sup>;
- Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento, sita na Igreja de Nossa Senhora da Consolação do Castelo de Sesimbra, 1747;
- Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento, sita na Sé de Olinda, 1773;
- Irmandade de Santo António de Lisboa <sup>43</sup>;
- Irmandade do Glorioso São Miguel, erecta na Igreja de São Miguel, em Lisboa, 1780 <sup>44</sup>;
- Irmandade de São Gonçalo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica, 1725;
- Irmandade de São José, sita na Igreja de Santo António da Vila de Borba, 1727;
- Irmandade de Nossa Senhora de Monte da Virgem, sita na Igreja Paroquial de São Bartolomeu de Borba, 1869 <sup>45</sup>.

Para além destes, nas miscelâneas da colecção, vejam-se alguns outros manuscritos. Sobre a antiguidade da Confraria da Correa, o nº 1823 (fl. 17); sobre a Confraria dos Escravos da Senhora da Cadeia ou do Pilar, o nº 1124 (fl. 156); sobre a Confraria dos Soldados do Rio de Janeiro (nomeadamente a resposta do procurador da Coroa sobre o compromisso desta confraria), o nº 1156, (fl. 313) e sobre o estabelecimento duma Irmandade de São Francisco Xavier (1654), o nº 1104, fl. 323 <sup>46</sup>. Na parte dos manuscritos que se referem ao Bra-

---

<sup>41</sup> Manuscrito 628, microfilmado (rolo 810).

<sup>42</sup> Manuscrito 599, microfilmado (rolo 806).

<sup>43</sup> Manuscrito 505, microfilmado (rolo 809).

<sup>44</sup> Manuscrito 446, microfilmado (rolo 805).

<sup>45</sup> Cf. também o «Livro da fazenda e dinheiro dados a razão de juro na tesouraria de fora da Irmandade das Almas de Santa Marta da cidade de Évora» (Outubro de 1784). Corresponde ao manuscrito 2722.

<sup>46</sup> As referidas miscelâneas são conhecidas como «Miscelâneas Manuscritas». Veja-se o IDD C- 531.

sil, consulte-se o compromisso da Irmandade de São Benedito do Maranhão (1737) <sup>47</sup>.

**Memórias Paroquiais** - Também conhecido por «Dicionário Geográfico do Padre Luís Cardoso», as Memórias Paroquiais correspondem às respostas enviadas pelos párocos de todo o país para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino em 1758-1759, na sequência dum inquérito mandado efectuar pelo Marquês de Pombal após o terramoto. Atente-se sobretudo nos dados que procuram satisfazer a pergunta 7, relativa às igrejas paroquiais — «Qual he o seo Orago, quantos altares tem, e de que sanctos, quantas Naves tem: se tem Irmandades: quantas, e de que sanctos?». Contudo, estas informações necessitam, muitas vezes, de serem aferidas e complementadas <sup>48</sup>.

**Ministério dos Negócios Estrangeiros** - Na documentação de âmbito ministerial aparecem frequentemente várias fontes com interesse. O Ministério dos Negócios Estrangeiros, por exemplo, na parte do Consulado de Portugal em Banguecoque, contém material sobre a Confraria do Rosário do Sião (176-1914), o qual se encontra microfilmado, permitindo mais fácil consulta e rápida reprodução <sup>49</sup>.

**Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça** - Este fundo interessa sobretudo aos investigadores de História Religiosa do século XIX. Pontualmente, podem nele aparecer documentos pertinentes, como sucede, por exemplo com o conjunto de materiais relativos à entrega da Igreja do Convento das Mónicas à Irmandade de Santa Cruz e Paixão <sup>50</sup>.

**Ministério do Reino** - Trata-se de um núcleo que conserva alguns estatutos e compromissos de irmandades, como sejam:

- Irmandade de Nossa Senhora da Boa Hora e Almas da Igreja de Santa Marinha de Lisboa, 1773;

<sup>47</sup> Cf. o manuscrito 21 bis, descrito no IDD C-2.

<sup>48</sup> Maria José Mexia, *Inquéritos Promovidos pela Coroa no Século XVIII*. Lisboa, 1987 (Sep. da «Revista de História Económica e Social», nº 21). Para conhecer o teor do inquérito, Fernando Portugal e outro, *Lisboa em 1758*. Lisboa, 1974, pp. 21-25.

<sup>49</sup> Microfilmado com o número de rolo 348.

<sup>50</sup> Cf. maço 21, macete 4, caixa 42.

- Confraria das Almas, Igreja de São Pedro d' Azurey, no termo de Guimarães, compromisso reformado em 1866;
- Irmandade de São José da Igreja paroquial de São Sebastião, Guimarães, estatutos reprovados em 1865;
- Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja paroquial de Santo Aleixo do Beco, bispado de Coimbra, 1704 e 1792;
- Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja paroquial de Santa Marinha de Vila Marim, concelho de Vila Real, 1865;
- Irmandade do Senhor São Roque erecta na sua ermida da vila do Barreiro, 1781;
- Confraria de Santo Elói e Nossa Senhora da Assunção dos ourives da Prata, compromisso reformado em 1793;
- Confraria de Nossa Senhora de Monserrate do lugar de Meia Via, termo de Torres Novas (1761);
- Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de Covas do Douro, estatutos reformados em 1850;
- Confraria do Santíssimo Sacramento da capela do Senhor Jesus da Pedra da freguesia de Golpilhares, termo do Porto, 1797;
- Irmandade das Almas da freguesia da Bemposta, 1854;
- Irmandade das Almas da vila de Ferreira, bispado de Coimbra, cópia, 1796;
- Irmandade dos Escravos e Escravas de Santa Ana da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Congregação do Oratório de Estremoz, 1712;
- Irmandade de Nossa Senhora da Apresentação e Santa Cecília da Igreja do Real Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Porto, 1771 e 1791;
- Irmandade de Nossa Senhora da Assunção, São Miguel e Almas da Igreja paroquial de São Jorge de Lisboa, 1762;
- Irmandade de Nossa Senhora das Candeias e Santo Bom Homem da Igreja paroquial de São Julião de Lisboa, cópia de 1757;
- Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Igreja paroquial de São Cristóvão de Lisboa, 1780;
- Irmandade de Nossa Senhora da Guia da ermida de São Vicente da Mouraria, Lisboa, 1766;
- Irmandade de Nossa Senhora da Lembrança do Salitre, Lisboa, 1759;
- Real Irmandade de Nossa Senhora das Sete Dores do Palácio Real, Lisboa, 1720;

- Irmandade do Rei Salvador do Mundo e Nossa Senhora da Piedade dos calafates da Ribeira das Naus, compromisso reformado em 1776;

- Irmandade de Santa Cecília da Igreja de São Roque de Lisboa, 1766 (impresso);

- Irmandade de Santa Justa e Rufina, 1763;

- Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja paroquial do Santíssimo Coração de Jesus de Lisboa, 1797;

- Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja paroquial de São Mamede, 1796;

- Irmandade e Bandeira de São Crispim e São Crispiniano dos sapateiros de Santarém, da Igreja paroquial do Salvador, 1734;

- Irmandade de São José da Igreja paroquial de São Sebastião de Guimarães, 1865;

- Irmandade de São José e Nossa Senhora da Luz dos carpinteiros da Igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção de Viana, 1766;

- Real Casa de Santo António de Lisboa, 1832;

- Confraria de Santo Ildefonso, sita extra-muros da cidade do Porto, traslado <sup>51</sup>.

Pertence também a este conjunto o compromisso da Confraria de Nossa Senhora da Anunciada de Setúbal, de 1368 (cópia de 1766), que actualmente se encontra em Casa Forte, embora disponível em microfilme <sup>52</sup>. De notar ainda o livro do Hospital de São João das Lâmpas da Confraria de São Lourenço como compromisso de 1655 e documentos anteriores.

Em outras secções do Ministério do Reino podem-se identificar outros documentos com interesse. Por exemplo, sob a designação «Casa de Nazaré» estão muitos manuscritos da Confraria de Nossa Senhora de Nazaré, sobretudo para o período posterior a 1782, quando os assuntos daquela instituição passaram pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino <sup>53</sup>. Mas existem outros maços que podem revelar surpresas, como os maços 263-264, onde estão relações de

<sup>51</sup> Cf. os IDD's C-631-633 e L- 382.

<sup>52</sup> Livro 527 do Ministério do Reino, microfilmado com o número de rolo 856.

<sup>53</sup> Cf. Pedro Penteado, «O Santuário de Nossa Senhora da Nazaré sob a Administração de D. Tomás de Almeida (1781-1786) — Alguns Dados para o seu Estudo». In: *Portugal no Século XVIII de D. João V à Revolução Francesa*. Lisboa: Universitária, 1991, pp. 213-218.

rendimentos de confrarias, irmandades e misericórdias das Ilhas de São Miguel e de Santa Maria (1828-1833), o maço 981, com documentos da Confraria da Caridade de Vila Franca e os maços 999 e 1000, onde se encontram papéis referentes à Irmandade do Seminário da Patriarcal, no final de Antigo Regime <sup>54</sup>.

Para o período posterior a 1834, o investigador deve procurar as suas fontes principalmente no denominado «Arquivo das Secretarias de Estado». Neste se podem encontrar diversos estatutos e compromissos entre 1834 e 1864, período crucial das reformulações de organismos religiosos. Também nos documentos da 3ª Direcção, 2ª Repartição se incluem processos com compromissos de irmandades para o período que medeia entre 1843 e 1852 ou 1870-1899 <sup>55</sup>.

**Núcleo Antigo** - No Núcleo Antigo (NA) merece destaque a série «Tombos de Capelas, Hospitais, Gafarias, Confrarias e Albergarias», a qual reúne os tombos mandados fazer pela Coroa nos reinados de D. Manuel e D. João III. Muitos deles têm informações preciosas sobre os bens das confrarias e as suas obrigações testamentárias. Alguns tombos encontram-se publicados. Merecem destaque os que se referem às regiões de Guimarães (1498-1499), Torres Novas (1502-1503, 1515) e Santarém (c. 1492-, 1498-1500, 1503-1504 e 1506) <sup>56</sup>.

**Provedorias** - As atribuições tradicionais dos provedores incluíam o controle da administração das confrarias de protecção régia ou de criação não eclesiástica. Essa fiscalização incidia sobre o cumprimento dos testamentos e legados pios, a contabilidade, nomeadamente as despesas com obras, etc <sup>57</sup>. Assim, podem-se encontrar

<sup>54</sup> Joel Serrão, *op. cit.*, vol. I, pp. 270 e 274.

<sup>55</sup> Miguel Infante, *Arquivo Central das Secretarias de Estado. Ministério do Reino (Instrumentos de Descrição ARQBASE). Inventários*. Lisboa: IPA, 1991. Contém descrições de outros tipos de documentos relevantes. O inventário actualizado encontra-se em elaboração pelo Dr. Paulo Cascalheira, dos AN/TT.

<sup>56</sup> Cf. o recente IDD L-574. Alguns destes documentos encontram-se publicados: Iria Gonçalves e outro, «As Confrarias Medievais da Região de Alcanena». *Boletim do Centro de Estudos Históricos e Etnológicos*, IV, 1989, pp. 79-81; José Marques, «A Confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)». *Revista da Faculdade de Letras - História*, 2ª s., vol. I, 1984, pp. 57-95). O NA 181 contém um traslado de alvará do Infante D. Luís para a Confraria da Corte sobre as esmolas que os moradores da Casa do Infante davam anualmente.

<sup>57</sup> A. Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*. Lisboa, 1987, vol. I, p. 289.



nos núcleos de provedorias documentos que dão conta destas atribuições. É o que sucede com a «Provedoria de Tomar e Santarém» e os seus livros de registo. A título indicativo, o livro 26 inclui uma provisão para se criar uma capela de missa quotidiana em benefício dos confrades da Confraria do Santíssimo Sacramento da Igreja do Reclamador dos Casais, da Ordem de Cristo, situada na comarca de Tomar (1800) <sup>58</sup>. Também nos maços da «Provedoria de Setúbal» se podem localizar listas de confrades de Nossa Senhora da Anunciada de Setúbal e requerimentos, autos e provisões de várias confrarias daquela cidade, como sejam as Confrarias de São Cristóvão, Senhor Jesus da Boa Morte e Nossa Senhora do Socorro, para o período que se estende do século XVIII até 1833 <sup>59</sup>.

**Real Mesa Censória** - O investigador deve começar por consultar o Inventário Preliminar, o qual apresenta as principais séries e os IDD's que lhe correspondem <sup>60</sup>. Sugere-se a consulta da série «Censuras e Pareceres» e de «Requerimentos para obtenção de licença de impressão» onde por vezes se encontram pedidos para imprimir e fazer correr compromissos e, junto destes, os originais e a sua confirmação oficial. É o caso do pedido referente ao compromisso da Confraria de Nossa Senhora da Graça da Igreja de Estreito de Câmara de Lobos, da Ilha da Madeira, o qual obteve licença para correr o texto impresso, em 20 de Novembro de 1829 <sup>61</sup>. Mas a maior parte dos estatutos, juntamente com documentos de eleições das irmandades, indulgências, ou poesia religiosa de «círios» (confrarias que promoviam peregrinações), encontram-se na parte da Biblioteca <sup>62</sup>. O «núcleo» reúne documentos posteriores à extinção da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, em 1794.

**Registo Geral de Mercês** - Consulte-se a base de dados informatizada, a qual tem a vantagem de rapidamente fornecer os dados que se pretendem. A fórmula mais eficaz de pesquisa será a de digitar no campo «NOME» a palavra «Irmandade», colocando-a entre o

<sup>58</sup> Cf. livro 26, fl. 82. Ainda o IDD C-778.

<sup>59</sup> Cf. o IDD C-929.

<sup>60</sup> Referimo-nos ao IDD L-572, com texto da nossa responsabilidade.

<sup>61</sup> Cf. Requerimento de José Maria de Rodrigues e Castro (1829), cx. 101.

<sup>62</sup> Sugere-se a consulta do referido IDD, o qual contém em apêndice o «índice de alguns documentos sobre hospitais, confrarias e misericórdias existentes na Real Mesa Censória» (pp. 179-182).

caracter informático % (Ex.: %Irmandade%) e no campo «ELE. TOP. - INSTIT.» (Elemento toponímico-institucional) colocar o nome da localidade que nos interessa (Ex.: %Coimbra%). Repetir com %onfraria%, de forma a apanhar, numa mesma pesquisa, as confrarias e arquiconfrarias de uma determinada área geográfica.

Passemos agora aos arquivos que a Torre do Tombo considerou de origem privada. Em primeiro lugar, o **Tribunal do Santo Ofício**. Aqui, é fundamental ver tudo o que se refere à Irmandade de São Pedro Mártir ou de Arbues. Assim, na Inquisição de Évora, o investigador encontrará registos de confrades para 1634-1786 e receita das esmolas desta associação para o período que vai de 1643 a 1791. Na Inquisição de Coimbra, existem livros de receita e despesa da referida Irmandade, os quais cobrem os anos de 1635-1698 e 1733-1803. Finalmente, na Inquisição de Lisboa, os denominados livros das esmolas (1682-1743) e de receita e despesa (1781-1806). Também os processos das diversas inquisições nos fornecem dados preciosos sobre as confrarias de uma determinada região, nomeadamente nas contradictas, quando os processados precisavam de mostrar que eram bons católicos e designavam a que irmandades locais pertenciam <sup>63</sup>.

No que concerne às **Ordens Militares**, encontram-se nas respectivas Chancelarias muitas referências de interesse. Nos IDD's da Chancelaria antiga da Ordem de Cristo, vejam-se as «entradas descritivas» referentes a «Compromisso», as quais indicam dezenas de provisões de confirmação de compromissos de irmandades das ilhas atlânticas, Brasil e outras possessões portuguesas aonde chegava a jurisdição daquela Ordem. Também existem indicações para confrarias sediadas no Reino <sup>64</sup>. Igualmente valiosos são os textos das visitas às igrejas das Ordens, os quais contêm preciosas indicações sobre as suas irmandades. Vale a pena observar ainda um dos instrumentos de trabalho que se encontra disponível para consulta no Serviço de Referência, intitulado «Ordens Militares, Roteiro Interno», e que nos dá conta da mais recente reclassificação de documentos das Ordens Militares. Assim, o agora denominado «Ordem de Santiago / Convento de Palmela» deve ser consultado para

<sup>63</sup> Maria do Carmo Dias Farinha, *Os Arquivos da Inquisição*. Lisboa, 1990, pp. 168, 221 e 269.

<sup>64</sup> Cf., por exemplo, os IDD's L-420 e L-423.

aceder aos materiais da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição daquele convento. Neste encontram-se assentos de irmãos (1584-1731), e termos de eleição de juízes e mordomos e receita e despesa de obras e festas da Irmandade (1687-1734) <sup>65</sup>.

Os **Arquivos Particulares** não devem ser ignorados, pois podem revelar algumas surpresas. O «Espólio Silva Marques», por exemplo, inclui na sua pasta 29 vários estudos daquele autor sobre compromissos de irmandades de Sintra <sup>66</sup>. O IDD C-1077 é constituído por um conjunto de verbetes deste espólio, nos quais estão descritos documentos de cartórios que não foram incluídos nos AN/TT, a saber: Confraria dos Fieis de Deus e Misericórdia de Sintra, entre outros.

Também a **Colecção Olisiponense**, bastante esquecida pelos investigadores, contém interessantes manuscritos, entre os quais os 10 livros das presidências da Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de São Sebastião da Pedreira, os 5 livros da presidência das Almas da Igreja de São João da Praça (Lisboa), o livro de termos da Irmandade dos Calafates do Santíssimo Rei Salvador do Mundo e Nossa Senhora da Piedade, sediada na Igreja da sé de Lisboa (Capela de Santo Aleixo do claustro) (1817 ss.) e uma carta do juiz e irmãos da mesa da Irmandade dos Sagrados Apóstolos São Pedro e São Paulo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto avisando os novos irmãos das suas obrigações (s.d.). Na parte dos impressos existem vários compromissos, relações de indulgências e relatórios de contas.

Regressemos ao Arquivo Distrital de Lisboa. Nos seus **Cartórios Notariais** podem-se encontrar testamentos com doações a confrarias, legados pios ou contratos com artistas para a realização de obras nos altares e igrejas. Também é frequente encontrarem-se registos escritos de aforamentos de bens de confrarias a particulares, como sucede no Cartório 4 de Lisboa, com o património da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Sacavém (1769) <sup>67</sup>.

Para finalizar, deixamos uma breve indicação sobre uma das últimas incorporações da Torre do Tombo, que aguarda tratamento

---

<sup>65</sup> *Ordens Militares, Roteiro Interno*. Lisboa, 1994 (trabalho da Direcção de Serviços de Arquivística e Inventário, da responsabilidade da Dra. Maria do Carmo Dias Farinha), p. 109.

<sup>66</sup> Cf. o IDD L-544A, com prefácio da Dra. Maria José Leal e texto elaborado por nós.

<sup>67</sup> Cf. o IDD L-383A/ 32.

documental. Trata-se do **Arquivo do Hospital de São José**, o qual contém material arquivístico das extintas Congregações e Confrarias da Igreja de São Roque de Lisboa <sup>68</sup>.

\*

Damos assim por concluída uma primeira etapa de recolha de fontes. Ela é devedora do esforço de várias gerações e equipas de arquivistas, nem sempre reconhecido publicamente. Foram efectivamente os seus trabalhos de inventariação e catalogação dos fundos documentais que nos permitiram elaborar este instrumento de pesquisa temático, que colocamos agora à disposição de todos os investigadores. O texto aí está para ser explorado. Desejamos vivamente que ele contribua para multiplicar a informação e os estudos existentes sobre o passado do movimento confraternal português.

---

<sup>68</sup> Cf. Nuno Daupias d' Alcochete, *O Arquivo Histórico do Hospital de São José. (Esboço de um Inventário)*. Lisboa, 1965 (Sep. do «Boletim Clínico dos Hospitais Cíveis de Lisboa», vol. XXIX, n.ºs 1-2), sobretudo pp. 339-343.